

O SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO C.A.A.: UM ESTUDO SOBRE O DESLIGAMENTO DAS CRIANÇAS ATENDIDAS

Maria de Fatima Vieira Martins ANTUNES*

Silvia Helena MANFRIN**

RESUMO: O presente trabalho consiste em um estudo a partir do Centro de Avaliação e Acompanhamento – CAA – “Centrinho”, campo de estágio do Serviço Social, cujo público alvo são alunos da rede municipal de ensino com o objetivo de propiciar a melhoria no seu desempenho e a conseqüente inclusão do estudante com dificuldades de aprendizagem adotando, para tanto, o modelo psicoeducacional. A educação no CAA é vista como um bem que precisa ser revisto, salientando a responsabilidade da família no estímulo e amparo da criança com dificuldade de aprendizagem para que supere suas dificuldades. No entanto, constatamos que essa proposta ainda não está clara para as famílias envolvidas, resultando em números elevados de desligamento de crianças do serviço. A partir dessa realidade, indagamos os motivos que levam ao desligamento da criança do acompanhamento. No entanto, se faz um exercício de cidadania e luta pelo direito à educação e para o desenvolvimento da criança na família, e na escola.

Palavras-chave: Educação. Centrinho. Desligamento. Dificuldades de Aprendizagem. Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa destacar alguns pontos importantes para discutir e pensar sobre os problemas de aprendizagem da criança.

Iniciamos nosso trabalho com uma definição de educação, a educação como direito humano fundamental, falamos da sua importância para a vida, o processo cognitivo e definimos as dificuldades de aprendizagem dentro desse processo, onde as dificuldades podem estar na criança, na família e porque não na escola.

Relatamos a seguir a estrutura do C.A.A., seu funcionamento, bem como estratégias educativas com o objetivo de fortalecer a relação aluno e escola,

*Discente do Curso de serviço Social 8º Termo do Curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” Presidente Prudente – SP

**Docente do Curso de Serviço Social do Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo” Presidente Prudente – SP, Pós Graduação em Saúde Mental, Mestre em Serviço Social e Política social pela UEL/PR.

escola e família, garantia de acesso a permanência contribuindo para a construção de uma escola efetivamente inclusiva.

O trabalho com a equipe interdisciplinar que atua junto a família tem por objetivo garantir o direito social à educação e sua inclusão no serviço, sempre pensando no bem-estar da criança e do fortalecimento da família.

No tópico onde expomos nosso objeto de estudo pontuamos o número de desligamentos de crianças do serviço de avaliação e acompanhamento desenvolvido pelo C.A.A com a criança, e as possíveis dificuldades apresentadas pelas famílias na participação e continuidade deste trabalho.

Mais adiante faremos uma busca ativa para valorizar nosso trabalho teórico, levando em consideração a importância do trabalho do assistente social com as famílias das crianças atendidas no C.A.A., e que através de sua atuação fundamentada em seu compromisso ético, contribuir para a desconstrução da crença de que a educação é supérflua como está posto pelo senso comum.

O artigo é embasado por referencial bibliográfico e levantamento de dados por meio eletrônico e documental, onde abordamos o método dialético, sendo uma pesquisa quantitativa com o objetivo de sensibilizar a participação da família na vida escolar do seu filho, esclarecendo como é a dificuldade de aprendizagem da criança e evitando o possível desligamento.

Concluimos nosso trabalho deixando o monitoramento após o desligamento da criança sendo implantado com a certeza de que só trará benefício.

2 O QUE É EDUCAÇÃO

A educação é uma prática social que envolve o processo de desenvolvimento do aprendiz, saberes da sua cultura, da formação do sujeito em seus diferentes ambientes sociais.

A educação atua sobre a vida dos sujeitos no sentido de desenvolvimento pessoal e na transformação da sociedade. Educação é um processo constante de busca, onde ensinar e aprender caminham juntos.

Aprendemos ensinando e ensinamos aprendendo, “para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação”.

(BRANDÃO, 2007, p.7) precisamos de uma educação que valorize a aprendizagem que respeita o tempo de cada um nesse processo.

2.1 A Importância da Educação Para a Vida

A educação existe de várias formas e maneiras, ela ajuda a passar de uns para outros o saber, as crenças, as trocas de ideia, o próprio desenvolvimento do ser humano. Brandão (2007, p.63) nos dá uma boa definição sobre educação:

Educação: do latim “educere” que significa extrair, tirar, desenvolver. Consiste, essencialmente, na formação do homem de caráter. A educação é um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando. Não pode, pois, ser confundida com o simples desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem a mera adaptação do indivíduo ao meio. É atividade criadora, que visa a levar o ser humano a realizar suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. Não se reduz à preparação para fins exclusivamente utilitários, como uma profissão, nem para desenvolvimento de características parciais da personalidade, como um dom artístico, mas abrange o homem integral, em todos os aspectos de seu corpo e de sua alma, ou seja, em toda a extensão de sua vida sensível, espiritual, intelectual, moral, individual, doméstica e social, para elevá-la, regula-la e aperfeiçoa-la. É processo contínuo, que começa nas origens do ser humano e se estende até a morte”.

Significa que a educação é um direito humano fundamental e é essencial para o exercício de cidadania. Independentemente da sua condição financeira todos tem o mesmo direito, é através da educação que podemos realizar sonhos, onde o homem pode mostrar sua criação, seu produto abrangendo todo o seu ser, e a medida que ele aprende, ele também ensina. Devemos buscar meios para que haja liberdade na educação e que ela seja igual para todos sem distinção de etnia, gênero, opção sexual. Segundo os resultados do Censo IBGE, (2010):

Aproximadamente 91% da população brasileira com dez anos ou mais de idade são alfabetizados. Isto é, temos um percentual de 9% de não-alfabetizados, o que equivale a dizer que aproximadamente 18 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever. Em comparação aos resultados do Censo de 2000, a situação da alfabetização melhorou no país, pois a taxa de analfabetismo diminuiu de 12,8% para 9% em 2010.

Mas apesar dos avanços, o número de pessoas que não sabem ler e escrever ainda é grande em algumas regiões do Brasil. É possível observar que a taxa de analfabetismo na Região Nordeste em 2000 era de 24,7% e em 2010 caiu

para 17,6%, entretanto crianças de 7 a 14 anos estão frequentando mais a escola do que outras com mais idade, estas crianças são as que enfrentam as maiores barreiras de acesso à educação, pois trocam a escola pelo trabalho e continuam sem aprender o que precisam saber para dirigir suas vidas com saúde e dignidade.

Segundo a Constituição Federal do Brasil de 1988:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto precisamos intervir para corrigir o futuro, desmistificar a instituição educacional diferenciada onde a criança mais pobre era destinada o cuidar e para a criança rica era reservado o educar. Acabar com a diferenciação e a culpabilização de que a criança pobre tem menos potencial de aprendizagem, a Lei é clara em dizer que, é um direito de todos estudar. É nossa obrigação cuidar pela utilização dos recursos públicos e o retorno em resultados de tudo o que se investe em pessoal, infraestrutura e materiais só assim garantiremos a permanência bem-sucedida dos alunos e uma aprendizagem que os conduza a um futuro melhor.

Fatores que proporcionam os resultados negativos da educação brasileira como a pobreza, digamos que a pobreza não é problema, mas sim a estigmatização que a criança carrega, e utilizando das palavras de Patto (1999, p.89) “atribuir as principais dificuldades da escola pública a características externas à escola e localizadas no aluno e em seu ambiente familiar e cultural” é uma forma preconceituosa, quem sabe não seja uma reação do aluno a tudo isso? A qualidade da educação depende de nós como sociedade, exercendo a cidadania em busca de melhorias e de qualidade de ensino. Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

É prioridade a proteção à criança, e nesse contexto constatamos que hoje a educação vive um problema de ordem social devido aos problemas que estamos vivenciando na mídia todos os dias, especialmente nas escolas públicas, o

que significa organizar as escolas fazendo com que tenham professores trabalhando na sua área específica de formação, suprimindo o déficit de docente e com isso garantir o cumprimento da carga horária, e quem ganha com isso é o aluno, o professor, e também a escola que terá uma melhora na qualidade de ensino. Educar para Piaget, é “provocar a atividade”, isto é, estimular a procura do conhecimento. “O professor não deve pensar no que a criança é, mas no que ela pode se tornar”, (MACEDO, acesso em 22/9/15), o profissional em sala deve possibilitar o interesse pelo conteúdo, pois muitas vezes o aluno não se interessa, não tem motivação, enfim, a escola é contraditória e desmotivante.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 no artigo 2º:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação é bem clara no que diz respeito a educação, pois não é só na escola que a criança aprende também na família e na convivência com a comunidade. A educação se confirma na escola, os pais precisam participar mais da vida dos filhos, só vai ter mudança quando a sociedade toda tomar conhecimento, cobrar e participar, pois o Estado também tem responsabilidade quando diz que garante a educação para todos, portanto a participação de todos só vai contribuir para o avanço da educação.

Neste sentido, a garantia de um padrão de qualidade em educação vai além da oferta de vagas, pois envolve a permanência e o sucesso dos que nela ingressam. E este sucesso decorre pela garantia de uma educação em que a criança consiga adquirir conhecimentos, ser alfabetizada, sem deixar de lado sua cultura, e possibilitando ações rumo à transformação da criança, numa perspectiva de que o aluno se perceba enquanto parte desta sociedade que é contraditória.

2.2 O Processo Cognitivo: as Dificuldades

As dificuldades apresentadas pela criança no processo de aprendizagem surgem logo que elas entram para a escola para o chamado processo de escolarização. Segundo Capellini, (2007, p.8):

Requer uma série de habilidades e competências que se constituem como pré-requisitos para as aprendizagens que serão processadas. Para ler a criança deve adquirir certo número de habilidades cognitivas e perceptivo-linguísticas, que incluem habilidades de focalizar a atenção, a concentração e o seguimento de instruções; habilidades para entender e interpretar a língua falada no cotidiano; a memória auditiva e ordenação; memória visual e ordenação; habilidades no processamento das palavras; análise estrutural e contextual da língua; síntese lógica e interpretação da língua, desenvolvimento e expansão do vocabulário e fluência na leitura.

É nesse processo cognitivo que a professora na sala de aula avalia o aluno, essa avaliação consta no Protocolo de Avaliação de Habilidades Cognitivo-Linguísticas e também pode ser utilizado pelo fonoaudiólogo escolar, psicólogo escolar ou psicopedagogo, é indicado para crianças a partir do 1º ano escolar, porém crianças do Ensino Infantil também já estão sendo atendidas pelo C.A.A. de Presidente Prudente. O processo de aprendizagem pode sofrer influências de inúmeros fatores desde sociais a genéticos, daí a necessidade de uma intervenção pontual, onde a criança pode ser estudada e depois de conhecida suas habilidades, o profissional possa trabalhar com ela antes de encaminhar para outros profissionais da rede, pois, o processo de aprendizagem é longo e a criança precisa reconhecer as estruturas e incorporá-las, ressaltando que, cada situação é uma situação diferente, e, é de acordo com a realidade cognitiva da criança.

3 O CENTRO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – C.A.A “CENTRINHO”

O Centro de Avaliação e Acompanhamento (C.A.A.) popularmente conhecido como “Centrinho”, é de natureza pública vinculada a política social de Educação, o início de suas atividades se deu em dezembro de 1999, porém em junho de 2006 deixou de ser projeto sendo regulamentado como um serviço da Secretaria Municipal de Educação através da Lei 6.524/06, tendo como finalidade

acompanhar os estudantes que compõe o universo estudantil com problemas de aprendizagem.

O C.A.A. tem como chefe imediato o Diretor de Departamento como os demais setores da Secretaria de Supervisão, SACE e Coordenação dentro da Secretaria Municipal de Educação – SEDUC.

A Secretaria Municipal de Educação oferece o passe urbano para a criança e o acompanhante deste modo garantindo a permanência assídua da família.

O C.A.A. tem como público alvo crianças da Rede Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental ciclo I, devendo ser encaminhado 1% dos alunos por escola, e atualmente 158(Fonte CAA) estudantes são acompanhados pelo C.A.A. O protocolo entre o Centrinho e Instituição de Ensino -IE, para o atendimento do aluno, estabelece que os encaminhamentos dos mesmos serão efetuados pela IE, acompanhados do Relatório do Professor e atividades dos estudantes, acontece também encaminhamentos pelo Ministério Público. O trabalho é desenvolvido por uma Equipe Multidisciplinar e,

se diferencia do atendimento promovido na área da saúde, pois é dada ênfase aos aspectos extrínsecos e intrínsecos relacionados à aprendizagem. O diagnóstico concluído pela equipe visa nortear as ações junto à família e à escola buscando eliminar o uso de rótulos e estigmatizações à criança. (CARTILHA DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO, 2009 P. 18)

A equipe é composta por uma assistente social, duas fonoaudiólogas, duas psicólogas, duas psicopedagogas, uma terapeuta ocupacional, um serviço geral, uma escrituraria, essa equipe se subdivide em duas, para atender 59 escolas municipais, sendo que 30 escolas para uma equipe e 29 para a outra, todos desenvolvendo um projeto interdisciplinar que busca equilibrar as relações que se firmam no cotidiano escolar para que o direito da criança possa ser garantido.

O C.A.A. busca fazer com que os estudantes consigam superar suas dificuldades na escola e também o fortalecimento dos vínculos familiares.

Segundo Leite (2004, p. 269-279) a proposta de trabalho da Equipe Multidisciplinar centra-se na Psicoeducação a qual

Consiste no trabalho de informar a respeito das necessidades educacionais especiais, características, causas, prognósticos e capacidades de desenvolvimento e habilidades visando à melhoria da qualidade de vida com uma convivência harmônica, isto é, deixa de focar apenas na criança estendendo-se aqueles que convivem diretamente com ela.

Quando o estudante chega no C.A.A. ele é avaliado pela psicóloga e/ou psicopedagoga; essa profissional avalia qual é o melhor caminho para ajudar essa criança. “É no processo de acompanhamento que o Plano de Acompanhamentos Familiar será construído, como uma etapa dentro do fluxo de atendimentos”. (C.A.A.)

Fica evidenciado dentro dos princípios norteadores da Política Inclusiva que: (MEC. 2005, p.45)

“A sustentação da política de inclusão que inclua a dimensão da interdisciplinaridade em seus fundamentos metodológicos. O aprofundamento do processo de inclusão social, neste momento, implica retirar a discussão da tradicional polarização entre estratégias clínicas, ao encargo da saúde versus estratégias pedagógicas ao encargo da educação”.

A importância da orientação aos familiares, aliadas ao atendimento a criança com suas especificidades, assessorando a equipe escolar com base nos princípios da educação inclusiva que a equipe do C.A.A. reafirma a importância da intervenção psicoeducacional e de toda a equipe multidisciplinar.

4 A NECESSIDADE DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO C.A.A. COM AS CRIANÇAS QUE TEM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

A participação da família é parte importante do trabalho desenvolvido com as crianças, No cotidiano, constatamos que no primeiro contato, quando o responsável que acompanha o(a) aluno(a) chega ao C.A.A. não compreende o motivo do encaminhamento feito pela escola de seu filho, qual é o trabalho do Centrinho e quais procedimentos serão realizados, situação que causa certa relutância em relação ao atendimento.

O pai, a mãe ou o responsável, é orientado sobre o que é o Centro de Avaliação e Acompanhamento e o porquê do seu filho (a) estar sendo atendido.

O problema muitas vezes não é com a criança e fica difícil para a família compreender, pois é na escola que a criança vai deixar transparecer as angústias familiares, com mau comportamento associada às dificuldades de aprendizagem, preocupação, fechamento, solidão, irritabilidade e insegurança, problemas de conduta e ansiedade.

Por essa razão Weiss (1994, p. 24) afirma que:

A escola através do educador, precisa além de prevenir determinadas dificuldades, atenuar aquelas já instaladas e que são oriundas da história pessoal do aluno e de sua família.

Daí surge a importância da psicopedagogia na orientação e atendimento às crianças que apresentavam dificuldades ligadas à educação, mais especificamente à sua aprendizagem, quer cognitiva, quer de comportamento social, pois todo diagnóstico recai sobre a criança, o que significava que nela estava o problema.

Os fatores intrínsecos do processo de educação e aprendizado estão relacionados com a violência doméstica, drogadição, álcool, desemprego, a questão cultural, isto é, as famílias não aceitam que seu filho tem problema por ficar estigmatizado. Apresenta dificuldade em aceitar que o problema também está relacionado ao contexto familiar. Outro fator, como já citamos, está na própria escola.

Coloca-se aí, uma demanda socioprofissional, envolver a família no processo, sensibilizar os pais fazendo com que eles percebam o que podem fazer para ajudar seu filho. Os laços familiares são essenciais desde os primeiros momentos na educação da criança, é a família que transmite os primeiros conhecimentos. Aliar-se também à escola num processo envolvente, participativo, aceitando as diferenças desenvolvendo valores de respeito e aceitação, pois a família e o aluno fazem parte desse processo.

5 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM AS FAMILIAS DAS CRIANÇAS ATENDIDAS NO C.A.A.

O Assistente Social, seus conhecimentos teóricos-metodológicos, técnico-operativos, ético-político para a eficácia deste trabalho, sendo este

profissional de suma importância na educação, com um olhar crítico, além da demanda aparente, possibilita a transformação da realidade, construção essa que envolve, não somente o assistente social, mas também o sujeito da demanda. Através de leituras bibliográficas tais como: Lei municipal nº 6.524/2006, ECA, entrevistas dos prontuários dos usuários do “Centrinho”, e após análise dos relatórios da equipe interdisciplinar pode-se constatar onde o Serviço Social atua.

O profissional do Serviço Social em conjunto com a equipe interdisciplinar atua junto a família mostrando as dificuldades no aprendizado da criança, a família durante o atendimento, nas oficinas temáticas semanais (onde é abordado a sexualidade, rotinas, entre outras), no trabalho psicoeducacionais com a equipe, na maioria das vezes nega essa dificuldade, acredita que é “birra da professora” com o filho (a) dela.

Diante disso constatamos na Cartilha da Equipe Interdisciplinar da Educação (2009, p. 22) que:

Essas famílias convivem em situações de estresse em decorrência de fatores como pobreza, desemprego, fragilidade nos laços familiares, situações de vulnerabilidade social ou frustrações na relação conjugal que, em alguns casos, culmina no uso abusivo de substâncias psicoativas predominando o álcool.

Durante o atendimento a equipe orienta a mãe sobre a importância do acompanhamento da criança. Ao ser incluída a criança no acompanhamento do CAA, a família participa de reunião de contrato onde são estabelecidas as regras e orientações com relação à horários, faltas, seus direitos e deveres, contudo assumindo o compromisso de trazê-la nos dias e horários marcados.

A Assistente Social no Centrinho busca o enfrentamento das diversas expressões das questões social indo além do que está posto, pois, a família às vezes sofre com a violência, com o alcoolismo, com as drogas. A família neste contexto não acredita que a criança necessita de ajuda, e que esse tipo de problema resolve por si só, “pois aconteceu com a avó, com ela e ninguém morreu”. Há aquelas que acreditam também, que a criança herdou de alguém da família esse problema, ou que ficarão marcas para sempre na criança. As crenças e os costumes dessas famílias acabam prejudicando o acompanhamento da criança.

Conforme o artigo 6º da Constituição Federal de 1988,

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

As orientações sobre a violação de direitos e inclusão nos programas de transferência de renda e projetos são realizadas pela Assistente Social que encaminha para os serviços de políticas públicas de saúde, política de transporte, política de habitação, uma articulação de rede e também com a comunidade.

O Serviço Social no C.A.A. desenvolve um trabalho de orientação através das oficinas com família, atendimentos individuais, atendimento familiar, nas reuniões com os grupos, articulação com a rede e demais políticas públicas com o intuito de levá-los a perceber a importância de sua participação durante o processo de aprendizagem da criança, o que envolve orientação das limitações e dificuldades, apoio durante a realização de tarefas e atividades escolares, bem como no que se refere ao acompanhamento no C.A.A.

As entrevistas, visitas domiciliares o estudo socioeconômico são instrumentos que permitem identificar situações de vulnerabilidade social, violação de direitos da criança e da família. O trabalho de grupo realizado com as famílias é o momento em que participam emitindo opiniões, sugestões, compartilhando suas dificuldades com as demais famílias. Segundo Wagner, (1999, p. 147-156)

A busca do bem-estar é o motor do desenvolvimento humano. É visando estar bem que o homem luta para atingir seus ideais. O desenvolvimento desta capacidade está diretamente ligado com as experiências mais precoces do sujeito em sua família.

O bem-estar da família, segundo o autor, significa que a vida nem sempre é do jeito que nós queremos, significa que para ter uma relação saudável a família precisa ficar fortalecida conseguindo superar seus problemas, portanto “estabelecer limites entre o possível e o ideal, entre como gostaríamos que fosse e como é de fato, entre o que pode ser mudado e o que é desse jeito. Enfim, compreender a realidade da família é uma das formas que favorecem o bem-estar de seus membros e a saúde emocional de todos”. (WAGNER, 1999, p. 147-156)

Em vista da alteração no perfil dos alunos da rede pública derivada das classes populares, as expressões sociais e culturais hoje estão diferenciadas, no que implica novas ações e estratégias por parte do serviço social.

Segundo Martins (2009, p.20)

Dentre essas demandas, estão questões delicadas e de difícil solução tais como o uso de drogas; o narcotráfico; gravidez precoce; trabalho infantil; as condições socioeconômicas precárias dos alunos e de suas famílias; as próprias mudanças no perfil dos alunos, que imprimiram novos valores no universo escolar; as diferentes manifestações de violência e as dificuldades referentes às relações sociais estabelecidas no ambiente institucional e em seu entorno.

A educação é um direito social e garantido constitucionalmente, neste contexto o serviço social procura responder as demandas da população atuando na perspectiva de garantir a efetivação dos direitos sociais, para tanto o assistente social necessita ter conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativo e ético-políticos somando esforços com a equipe interdisciplinar do C.A.A. e os profissionais da política de educação, e para a eficácia deste trabalho, sendo um profissional de suma importância na educação, com um olhar crítico, além da demanda aparente, possibilita a transformação da realidade, construção essa que envolve, não somente o assistente social, mas também o sujeito da demanda. Cabe ao assistente social, através de sua atuação fundamentada em seu compromisso ético, contribuir para a desconstrução da crença da incapacidade da criança como está posto pelo senso comum.

5.1 O Trabalho em Rede para o Fortalecimento da Família

Ressaltamos que é muito importante o trabalho de rede entre: a escola, a professora que acompanha a criança no dia a dia e as profissionais do C.A.A, e estas dando retorno para a escola; o Serviço Social orientando e acompanhando as famílias dos alunos, conhecendo a comunidade afim de articular os serviços; desenvolvendo estratégias de parcerias; realizando visitas domiciliares para auxiliar na permanência do aluno na escola e no C.A.A.

No Documento Subsidiário à Política de Inclusão (2005, p.21) “A formação dos profissionais da educação é tarefa, sem dúvida essencial para a

melhoria do processo de ensino e para o enfrentamento das diferentes situações que implicam a tarefa de educar.”

Sabemos que o professor sozinho pouco pode fazer diante das demandas de seus alunos, por isso uma equipe interdisciplinar pensando um trabalho psicoeducacional é fundamental para a superação das suas dificuldades.

A formação contínua do professor, se apropriando de alguns conceitos é fundamental para uma boa articulação com situações vividas com a realidade escolar como troca de experiência, levando em consideração qual é alocução que se produz na sua prática, sempre junto à família. Vejamos o que diz o Documento Subsidiário à Política de Inclusão (Brasil-MEC, 2007, p. 47-48)

As duas últimas décadas foram marcadas pelo debate sobre a inclusão, onde ficou estabelecido: a universalização do acesso à educação; o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança, com aumento da participação da família e da comunidade; a organização das escolas para a participação e aprendizagem de todos os estudantes e a formação de redes de apoio à inclusão. Nesse sentido a presença de assistentes sociais nas redes básicas de ensino seria um investimento na garantia dos direitos da criança no acesso as escolas fortalecendo a comunidade escolar e que o trabalho com as expressões da questão social no espaço educacional sejam medidas e enfrentadas. A educação inclusiva tem como desafio a construção de uma escola aberta às diferenças e uma sociedade que reconhece e valorize a diversidade.

A família precisa ser empoderada, encontrar soluções, se fortalecer para que possa cumprir seu papel educativo e nesse trajeto auxiliar para que a criança supere sua necessidade de aprendizagem e possa aprender, a conviver e a ser. Diante disso, é fundamental o trabalho com a família e com a criança para que ela atinja o objetivo de promover suas potencialidades e a sua autonomia.

Entretanto, nem todas as famílias aderem ao acompanhamento por vários motivos que elencaremos a seguir.

6 O DESLIGAMENTO DA CRIANÇA DO C.A.A.

Como mencionado, embora o acompanhamento da criança pelo CAA seja de relevância para o desenvolvimento da criança, bem como as famílias são sensibilizadas para a importância das ações realizadas, há famílias que não se vinculam ao proposto.

Para compreender essa realidade vivenciada frequentemente pelo CAA mostraremos a quantidade de alunos atendidos durante o ano de 2015 até março de 2016.

QUADRO 1 – Quadro comparativo – Ano/Série – Quantidade de crianças de janeiro de 2015 a março de 2016

SÉRIE	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
EDUCAÇÃO INFANTIL PRÉ	11	11	11	10	12	12	12	12	12	12	21	21	10	10	10
1º ANO	15	15	12	11	12	12	12	12	12	11	22	21	15	15	15
2º ANO	12	12	12	12	25	24	23	24	24	23	36	34	19	19	19
3º ANO	53	50	44	41	60	54	54	53	52	53	62	60	59	59	57
4º ANO	33	32	30	28	29	20	20	19	16	16	17	16	34	34	33
5º ANO	15	15	12	11	11	7	8	9	9	9	10	7	23	23	24
TOTAL	139	135	121	113	149	129	129	129	125	124	168	159	160	158	158

Quadro elaborado pela autora, fonte CAA.

O que podemos notar é que durante o ano o número de crianças oscilou um pouco devido a entrada e saída das crianças do atendimento, iniciou o ano com 139 crianças e foi encerrado com 158 crianças. Entretanto iniciamos o ano de 2016 com 160 crianças. O que chamou atenção foram as saídas das crianças que mostraremos a seguir.

GRÁFICO 1 – Total de saídas

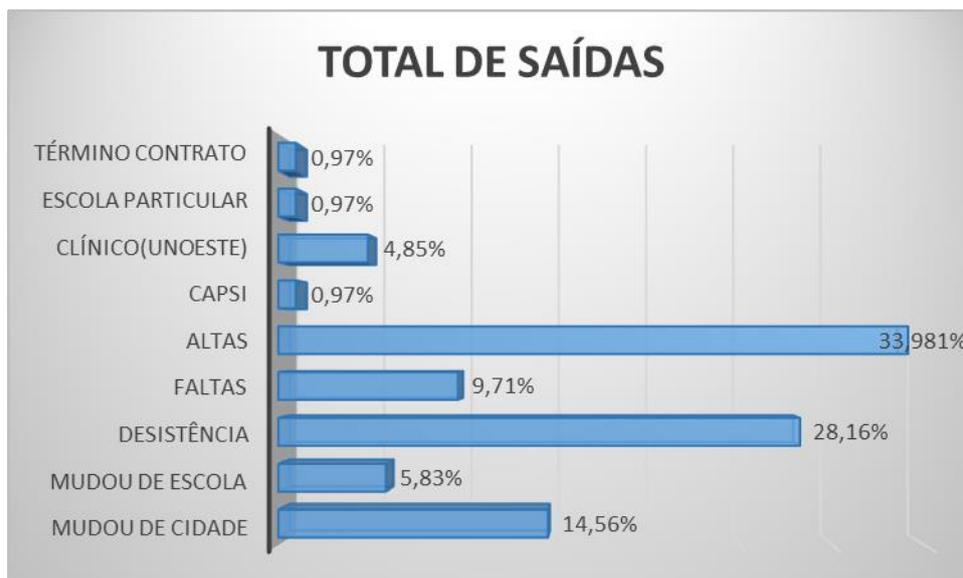


Gráfico elaborado pela autora – Fonte CAA.

O gráfico 1 demonstra que o número de desistência é de 28,16% com um total de 29 crianças, se comparado com o número de altas que é 33,98% (35 crianças) notamos que a diferença entre os dois índices não é muito grande, e a desistência geralmente é por não ter quem traga; a família acha que a criança não precisa do acompanhamento; ou afirma que está sendo atendida por outros serviços.

GRÁFICO 2 – Renda Familiar



Gráfico elaborado pela autora – Fonte CAA.

Como vimos no Gráfico 2 o perfil familiar das 153 crianças atendidas pelo C.A.A. são famílias de média renda no total de 76% e a de baixa renda 24%, entretanto a maioria são famílias de renda média¹, o que comprova que o fator pobreza não influencia na dificuldade de aprendizagem. Segundo PATTO (1990 p.50) “a crença na incompetência das pessoas pobres é generalizada em nossa sociedade” é importante analisarmos todos os fatores relacionados a dificuldade de aprendizagem, ser pobre não está em pauta pois é uma luta antiga e constante esse pensamento.

¹ Renda familiar baixa R\$724,00 e renda familiar média R\$2.155,00. (Renda das famílias atendidas no CAA)

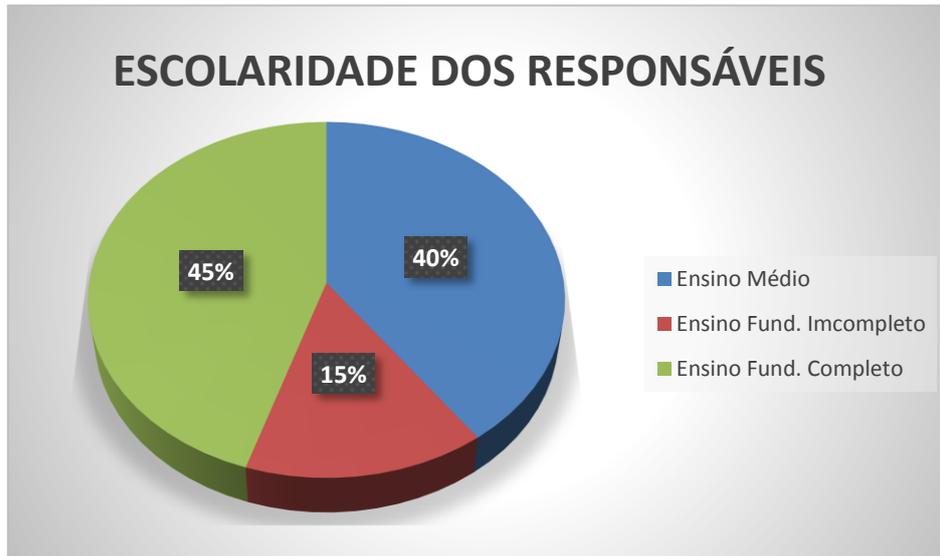
GRÁFICO 3 – Escolaridade dos Responsáveis

Gráfico Elaborado pela autora – Fonte CAA.

O que constatamos neste gráfico foi que o fator escolaridade dos pais e ou responsáveis possuem o Ensino Fundamental Completo num total de 45%, e 40% Ensino Médio, alguns dos genitores/responsáveis não terminaram o ensino fundamental num total de 15%, a resistência está relacionada ao desconhecimento do potencial de modificação existente na educação muitas vezes em função de suas próprias histórias familiares se dá em acreditar que não vai adiantar nada, pois na família ninguém precisou estudar mais do que saber assinar o nome, o histórico de drogadição e alcoolismo, violência doméstica, saúde mental também contribui para esse resultado.

GRÁFICO 4 – Dificuldade encontrada para não adesão

Gráfico elaborado pela autora – Fonte CAA.

No Gráfico 4 observamos que as justificativas para não comparecer no acompanhamento das crianças se dá pelo fato de morar em bairros afastados num total de 25% de famílias, enquanto que 25% justifica que é devido ao horário de ônibus, o C.A.A. fornece o passe de ônibus ida e volta para o a criança e o acompanhante e 50% trabalham no horário do atendimento, mesmo o responsável escolhendo melhor horário, deixa bem claro que não ter tempo para levá-lo, ainda assim a não adesão é causa de angústia para os profissionais envolvidos com a criança.

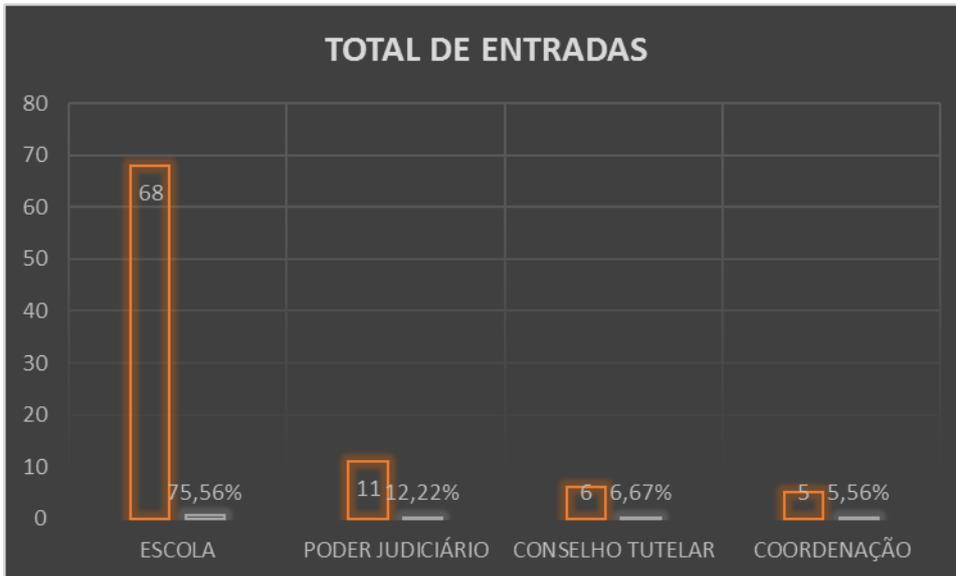
GRÁFICO 5 Total de entradas

Gráfico elaborado pela autora – Fonte CAA.

O número de entrada das crianças no C.A.A. pela Escola como já foi exposto acima, é a maioria num total de 75,56%, pelo Conselho Tutelar 6,67%, Poder Judiciário 12,22%, Coordenação Seduc 5,56%, esclareço que, as crianças encaminhadas pelo Fórum e Conselho Tutelar causa obrigatoriedade por parte dos responsáveis o acompanhamento da criança no C.A.A., e muitos não conseguem assimilar os fatos, não reconhece a necessidade.

Depois de várias tentativas, ligações telefônicas, idas a residência da criança, reuniões com a equipe escolar, reuniões com a equipe interdisciplinar, longas conversas no sentido de convencer a não desistir, mesmo assim os responsáveis assinam o termo de desligamento, com as seguintes justificativas: “ não vai adiantar nada, pois na família ninguém precisou estudar mais do que saber assinar o nome”; “não tenho tempo para levar”; “já está fazendo acompanhamento com outro profissional da saúde, então não precisa fazer as duas coisas, uma só resolve”; “já comuniquei o Conselho Tutelar que não vou levar”; “mudei de endereço e fica muito longe”; “ meu filho não tem problema nenhum, ele é muito inteligente, até mais do que os outros colegas”. De acordo com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, MDS (2010, p.11),

O desenvolvimento ocorre durante toda a vida e é um processo global, no qual é impossível dissociar as áreas sensorial, perceptiva, motora, cognitiva, emocional e social. Trata-se, porém, de um processo dependente das

experiências, das relações interpessoais e com os ambientes físico, cultural e social da criança.

As equipes interdisciplinar e multidisciplinar sabem da necessidade da criança em continuar com o acompanhamento e diante de todas as alternativas para solucionar as ausências não resta outra senão o desligamento, pois não pode continuar com a vaga ocupada tendo uma lista de espera.

7 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Caso a criança seja desligada e se no decorrer do ano ou no ano seguinte a escola entender que é necessária uma nova avaliação, poderá ser feito novo encaminhamento. No caso da criança ser transferida ou progredir para uma Escola Estadual esse novo atendimento não será possível pelos critérios do serviço. Entendemos que, realocar a criança seria o ideal nesses casos fazendo uma interlocução com outras políticas como saúde e assistência social, compreendemos as respostas das famílias, porém o que se apura é que a família também precisa de ajuda, a família é também demanda do serviço social no C.A.A.

Para Maria do Carmo Brant de Carvalho (2014, p.13)

“Para produzir mudanças emancipadoras precisamos de ambiências propiciadoras de liberdade e expressão: é nesse clima que se desenvolvem a alteridade e a resiliência para conviver em sociedade buscando a equidade, o cuidado, o acolhimento do outro, e cooperação.”

A desistência do acompanhamento pelos responsáveis da criança impõem questionamentos à equipe sobre o seu papel educativo, exigindo escutas das demandas que se inserem no cotidiano.

A nossa indagação é: o que acontece com essa criança depois do desligamento?

A nossa proposta de intervenção é implementar um monitoramento para saber como está a criança e o seu desenvolvimento após o desligamento.

O conhecimento é fundamental. Entender a realidade dessas famílias e o motivo que leva ao desligamento do acompanhamento no CAA, são estratégias para alternativas de ação, sempre respeitando os valores de cidadania, de liberdade, de solidariedade, de igualdade e diversidade.

8 A IMPLANTAÇÃO DO MONITORAMENTO COMO GARANTIA DE DIREITOS

O Serviço Social no C.A.A. tem, dentre como função precípua garantir direitos, de forma justa. Quando a família não adere, não tem compromisso, fica difícil desenvolver o acompanhamento, porém são feitas intervenções junto à Escola que a criança frequenta para saber se a família exerce a mesma postura do não comprometimento, se comparece às reuniões quando convocada, se o caderno da criança com os bilhetes são assinados etc. Muitas vezes se constata que a família é também ausente na Escola.

É comum as famílias não entenderem que estar inserida na Escola não é o suficiente, é precisa participar, estar junto com a criança em todos os momentos: na escola, nos programas, nos projetos, é necessário estar perto da criança, para que não se repita e se naturalize essa falta de comprometimento.

Antes de desligar a criança do acompanhamento, são feitos vários contatos telefônicos, visitas domiciliares, recados e bilhetes deixados com os vizinhos, todas as maneiras possíveis e muitas vezes sem nenhum retorno da família.

Quando acontece essa falta da família e como foi a escola quem a encaminhou, a equipe do Centrinho faz um ofício dando uma devolutiva para a escola. Diferente da escola, que quando a criança falta, ela encaminha para o Conselho Tutelar, pois pode caracterizar abandono intelectual, o que é diferente do CAA, mesmo a que a escola tenha encaminhado não existe a obrigatoriedade da frequência, e em alguns casos em que a criança é encaminhada via Ministério Público, ainda assim a família não comparece.

O trabalho do assistente social no CAA aproximando da escola e levando a família também a se aproximar da escola, no entanto o trabalho da assistente social no CAA é fazer com que a família adira ao serviço prestado, é fazer com que a família entenda a necessidade da criança e o quanto a educação para a criança é importante, nesse sentido CFESS (2012, p.22-23) esclarece que:

Não se trata de uma tarefa que traga resultados imediatos e que atenuem as tensões, conflitos e inquietações que consomem o cotidiano profissional de milhares de assistentes sociais, mas significa a afirmação de uma clara direção política, a articulação de um conjunto de referências teóricas que subsidiem a atuação profissional na Política de Educação, contribuindo para

desvelar suas particularidades a partir de uma concepção de educação que esteja sintonizada ao projeto ético-político do serviço social e que, por isso, não pode ser tomada de forma abstrata, vazia de significado político e desvinculada da perspectiva da classe trabalhadora.

Todo o processo vivido no campo de estágio, podemos compreender a importância do estágio supervisionado em nossa formação, pois o estágio nos possibilita ressignificar os saberes, nos conduzindo a um aprendizado que nos acompanhará nas reflexões, em nossa conduta, e na construção de identidade daqueles que então carecem de algum amparo para a superação da dificuldade de aprendizagem.

Sendo assim, nas pesquisas realizadas e após a nossa sugestão, houve um consenso de que realmente as crianças acompanhadas pela equipe do C.A.A. precisavam de um olhar mais atencioso, pois não dependia somente delas a superação dessa dificuldade.

Quando a criança é desligada, e se for necessário, o profissional que está trabalhando com essa criança encaminha para outros serviços da rede, entre eles: atendimento com Fonoaudiólogo da Clínica Unoeste; Clínica Psicológica da Unoeste; Projeto Unesp de Educação Física e Pedagogia; Neurologista, Oftalmologista, Neuropediatra, Psicólogo, Núcleo Therê; encaminha a família para orientações junto ao Serviço Social; Conselho Tutelar e Promotoria.

A partir da nossa proposta de intervenção, a equipe do C.A.A. passará a fazer inicialmente o encaminhando da criança para os serviços do qual ela necessita e aguardará um retorno da família, caso o retorno não aconteça, a Assistente Social entrará em contato com a família e com o possível órgão para onde foi encaminhada a criança. Somente após essa verificação ocorrerá o desligamento.

Durante as pesquisas feitas pela autora após o desligamento da criança e, em alguns casos, a dificuldade de aprendizagem ou o mau comportamento persistem, a escola então encaminha novamente a criança como podemos constatar através da retomada do atendimento a três crianças² que tinham sido desligadas nos meses de maio e junho de 2015; e março 2016 disposto da seguinte forma.:

² Para proteger as crianças não divulgaremos seus nomes.

- Desligada em maio de 2015 – 8 anos – foi resgatada em 07 de junho de 2016.
- Desligada em junho de 2015 – 8 anos – foi resgatada em 30 de maio de 2016.
- Desligada em março de 2016 – 7 anos – foi resgatada em 28 de junho de 2016.

Observamos que a ideia de monitorar os encaminhamentos quando necessário das crianças que não aderem ao acompanhamento por motivos já expostos foi aceito pela equipe e está sendo implantada.

Cabe esclarecer que no serviço existe uma demanda reprimida e que os profissionais que formam a equipe do CAA precisam dar respostas, mas para tanto, é necessária a ampliação do número de profissionais, assim como um espaço físico maior e bem localizado para facilitar o acesso de algumas famílias.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crianças com problemas na aprendizagem atendidas pelo C.A.A, direciona-se para os possíveis ajustes na intervenção educacional e familiar com finalidade de resgatar a autoestima e o prazer em aprender.

Vimos que o Assistente Social compõe a equipe interdisciplinar no trabalho psicoeducativo, de sensibilização, informação no que diz respeito a compreensão do papel da família em relação à participação na vida escolar e no desenvolvimento global da criança e na articulação com as demais políticas públicas, quanto ao enfrentamento das expressões da questão social por elas vivenciadas.

Diante do exposto percebemos que a Escola tem buscado junto ao C.A.A da Secretaria Municipal de Educação parceria para uma prática de instrução que melhore a qualidade de ensino, uma conquista dos profissionais da educação municipal.

A escola e outros espaços congêneres devem se constituir em locais privilegiados onde se possa transmitir uma imagem de futuro que incorpore os sonhos e valores de uma sociedade efetivamente justa e igualitária. O enfoque não é só dado apenas pela necessidade especial do estudante, mas ainda por outras

formas em que sua participação pode ser impelida ou melhorada, garantindo a educação para essas crianças com suas características pessoais.

Não basta apenas colocar a educação em primeiro lugar, para que esteja nesse patamar; a família precisa enxergar sua importância, enxergar as informações, e como elas transformam suas vidas, com melhoria de vida, salário e saúde, bem-estar da criança, precisamos informar a população sobre a importância dos serviços prestados pelo C.A.A. adotando práticas educacionais, o desafio é fazê-los vislumbrar que o conhecimento traz benefícios e qualidade de vida.

Assim, o apoio familiar, escolar e social deve ser possibilitado buscando meios para a melhora da convivência na escola e na família, na autoestima e no desenvolvimento da criança, evitar o desligamento da criança através de convencimento e se não houver alternativa, que esta seja encaminhada para a rede assistencial e se já estiver sendo atendida pela rede, nossa sugestão será o monitoramento desse encaminhamento, mesmo porque existem vínculos com a escola.

Concluimos nosso trabalho com a intenção de uma contribuição singela, mas que pode significar a diferença na educação da criança que necessita de um olhar especial da escola e principalmente da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália Faller (org) **Família - Redes, Laços e Políticas Públicas**, 6 ed. Editora Cortez, São Paulo, 2014

Banco de Dados – **Centro Avaliação e Acompanhamento – CAA** . Dados estatístico de 2009 a 2015

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **O QUE É EDUCAÇÃO**, editora Brasiliense, São Paulo, 2012

CAPELLINI, S.A., Silva, C. Gonzaga, J., Tegeiro, M.G., Villa, P.C., Smythe, I. **Desempenho cognitivo-linguístico de escolares de 1ª a 4ª series do ensino público municipal. Psicopedagogia**. Associação Brasileira de Psicopedagogia, 2007

CAPELLINI, S.A., SMYTHE, Ian, **Protocolo de Avaliação de Habilidades cognitivo-Linguísticas**, Editora Fundepe, São Paulo, 2008

Cartilha do Centro de Avaliação e Acompanhamento – CAA – **Lei nº 6.524/2006 Secretaria Municipal de Educação de Presidente Prudente SP**, 2006

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação - 2012**

Constituição Federal de 1988, Brasil

DONATELLI, Dante, **Quem me educa?A família e a escola diante da in(disciplina)** Editora Arx, São Paulo, 2004

Eca, **Estatuto da Criança e Adolescente Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Brasil**

Eduardo Freitas, **A qualidade da Educação Brasileira**, Equipe Brasil Escola Disponível em: <http://educador.brasilecola.com/trabalho-docente/a-qualidade-educacao-brasileira.htm> Acesso em: 06 maio 2015

Elcie F. Salzano Masini **Formação profissional em Psicopedagogia: embates e desafios**, disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010384862006000300009&script=sci_artt_ext, Acesso em 01/out/15

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à pratica educativa**, Editora Paz e Terra LTDA, 43ª edição, São Paulo, 2011

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/educacao> Acesso em 22/set/15

LDB, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394de 20/dez/1996 - Brasil**

LEITE, L.P. et al. **Estratégias de Orientações Psicoeducacionais para familiares de Deficientes**, Curitiba, n. 24, p. 269-279, 2004. Editora UFPR

MACEDO, Lino, **Jean Piaget – o biólogo que colocou a aprendizagem no microscópio**, <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/jean-piaget-428139.shtml>, Acesso em 22/09/15

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro, **Assistente social: um parceiro essencial para aprimorar a educação**, PL 280/09 Participação da psicologia e do serviço social nas escolas para uma educação mais humana, 2009

PAULON, Simone Mainieri, **Educação Inclusiva – Documento Subsidiário à Política de Inclusão**, Ministério da Educação, Brasília, 2005

PATTO, Maria Helena Souza, **A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia**, Editora T.A. Queiroz, São Paulo, 1990

Portal da Educação, **Secretaria da Educação Promove reordenamento da rede de ensino**. Disponível em: <http://www.rneducao.com/2014/05/secretaria-da-educacao-promove.htm> Acesso em: 05 maio 2015

PRADO, Maria Elizabette Brisola, ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de **Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional**, 2009, p.43 Brasília

Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, **Plano de Trabalho 2015**, Secretaria Municipal de Educação, Coordenadoria de Gestão Pedagógica, Centro de Avaliação e Acompanhamento, 2015

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 2. ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 5).

SMOLKA, Ana Luiza Bustamonte, **A Criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**, Editora Cortez, São Paulo 1988

UNICEF, **Desafios da Educação**, Ministério Público o Paraná Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/activities_10183.htm Acesso em: 30 abril 2015

WAGNER, Adriana, RIBEIRO, Luciane de S, ARTECHE, Adriane X. and BORNHOLDT, Ellen. A, **Configuração Familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes**, *Psicol. Reflex. Crit.*, 1999, vol. 12 p. 147-156 Acesso em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279721999000100010&script=sci_abstract&tlng=p Acesso em: 20 abril 2015

WEISS, M. L. L. (1994). **Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica**, 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas.1994